



Não estou entendendo

Um quarto da população com mais de 25 anos no Brasil – 30 milhões de pessoas – está falida. Não tem possibilidade de pagar o que deve. Outro grupo, duas vezes maior – 61 milhões –, têm algum nível de endividamento, segundo estudo do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). “Se pensar na família de cada um deles, temos mais da metade da população endividada”, diz o economista Ladislau Dowbor, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP), durante a sua palestra no 5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, onde ele, juntamente com os também economistas Leandro Horiê, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e Lone Amorim, do Idec, mostram como o avanço da agenda neoliberal no mundo impacta a vida do trabalhador brasileiro.

Depois de viver um período quase inédito até 2015, em que as taxas de desemprego permaneceram em pouco mais de 6%, os brasileiros acordaram em 2018 com esse mesmo índice duas vezes maior: deste pouco mais de 6% em janeiro de 2014, subiu para 12,7% em maio de 2018, o que representa 13 milhões de pessoas sem trabalho. Os que continuam trabalhando, têm a renda estagnada. “A gente vai ver que de 2014 até 2017 a renda cai e aumenta muito o desalento, por que as pessoas estão desistindo de procurar emprego”, diz Leandro. E uma grande parte, endividada. “O desemprego é onde se caracteriza o superendividamento.” Lone explica que o superendividamento pode advir de duas situações principais: “o que vem pelo descontrole financeiro por desconhecimento ou por alguma compulsão; e o que é provocado, passivo: você foi demitido, ou teve uma morte em família, um acidente ou o nascimento de gêmeos”, conta Lone.

A angústia que envolve um processo de endividamento acabou sendo o foco central da mesa, que tem como tema “A Situação do Emprego, o Mundo do Trabalho, o Empobrecimento e Endividamento dos Trabalhadores e suas Famílias no Brasil”. O endividamento intenso ocorre em um cenário em que o trabalhador perdeu direitos com a implantação da reforma trabalhista, a partir da Lei 13.467, em vigor desde 11 de novembro de 2017, e o apoio da seguridade social, sequela da PEC do Teto de Gastos. Lone, a primeira a falar, apresentou o quadro atual de endividamento das famílias. O número de 61 milhões de pessoas com algum tipo de dívida surgiu numa pesquisa do Idec desenvolvida ao longo da última década. Lone lembra que o primeiro estudo que fez logo ao entrar no Instituto, em 2008, foi sobre endividamento e na época, o Brasil ainda crescia. “Um crescimento estimulado e sustentado pelo crédito”, explica. A população incluída no mercado de consumo neste período foi, também, de 30 milhões de cidadãos. Segundo o estudo do Idec, os tipos de dívidas mais comuns são os financiamentos bancários, além de atrasos em todos os serviços (condomínio, matrícula escolar), chegando ao financiamento da compra do supermercado. “É uma realidade que explodiu”, diz Lone.

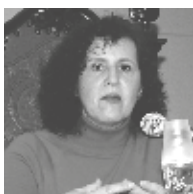
Silvio Caccia Bava

Sociólogo, coordenador da rede global Logolink – Learning Initiative on citizen participation and local governance e editor-chefe do *Le Monde Diplomatique* Brasil.



Lone Amorim

Bacharel em economia pela Faculdade Oswaldo Cruz (1991), com pós-graduação em Gestão da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (2009). Economista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor



Ladislau Dowbor

Formado em economia política pela Universidade de Lausanne, Suíça com doutorado pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia (1976); professor da PUC-SP



Leandro Horiê

Economista da Subseção da CUT Nacional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).



Uma fraude segundo o professor Ladislau. “Quando a gente se endivida é porque não tem armas para se defender desse sistema de intermediação financeira”, explica. Ele desqualifica as orientações para uso de cartão de crédito intensamente divulgadas pela mídia durante o período de inclusão. “Ninguém pode aprender a usar crédito pagando 100, 200, 300, 400 por cento de juros ao ano. Na Europa, a média é entre 5 e 7 por cento. Ao ano. Não existe juro ao mês. Isso é fraude”, diz. Por que não conseguimos, a partir da taxa mensal, calcular mentalmente juro composto para chegar à taxa anual, que pode chegar a 633,21% se a opção for pelo rotativo do cartão. A média do cheque especial no Brasil é de 120%. “Se vocês forem ao Santander na Espanha vão ver que o juro no cheque especial é 0% até 6 meses, até 5000 euros”, conta o professor.

Extorsão

Pior do que a taxa de juros alta, é a total vulnerabilidade frente a esse sistema de “intermediação financeira”, que vai além do universo dos bancos. “A própria redução (imposta) pelo Teto de Gastos; está empurrando as pessoas para planos de saúde e é uma extorsão financeira dramática. Tem os fundos de pensão privada, tem o conjunto diário: o que a gente paga no celular não tem nada a ver com custo para eles, porque são ondas eletromagnéticas. Tanto assim que pode telefonar no WhatsApp de graça, e por que está de graça? Porque não tem custo, porque as ondas eletromagnéticas são da natureza”, explica Ladislau.

As altas taxas vêm acompanhadas de um ataque brutal da publicidade dos bancos, oferecendo crédito. “Chega a níveis absurdos”, diz Lone, que usa uma situação bastante comum, envolvendo a previdência social, como exemplo. “Alguém que entra hoje no INSS com pedido de benefício, ou de aposentadoria, provavelmente vai ser notificado de que a sua solicitação foi atendida através de um banco, que vai ligar oferecendo crédito consignado”, afirma. Uma situação classificada pela economista como “extremo do absurdo”, já que a concessão e o valor do benefício são informações sigilosas. Este tipo de abordagem tem como base, portanto, a quebra de sigilo de dados. “A informação do crédito já vem com um assédio. A pessoa, despreparada, não entende essa realidade”, diz Lone.

Uma realidade perversa

A solução mais comum oferecida pelos bancos aos que se veem com parcelas em atraso é trocar a dívida. O pacote oferecido, além de produtos como títulos de capitalização e seguros, pode vir “com troco”, sendo portanto uma oferta de aumento da dívida, não a sua solução. “Isso tem acontecido com muita frequência. As pessoas que ficam em casa durante o dia devem perceber, pela quantidade de ligações que recebem de todos os bancos, oferecendo crédito de tudo quanto é natureza. Se perdeu a margem de consignação tem crédito por fora, se está negativado tem crédito também. É um total desrespeito, um descaso com o cidadão”, afirma a economista. “Sabe o que é? Estamos enfrentando agiotagem absolutamente escandalosa. E com a informação do juro ao mês, é fraudulento mesmo, estelionato, porque está enganando as pessoas, oferecendo um produto e escondendo o seu custo real”, diz Ladislau.

Bola de neve macabra

A pesquisa de Lone inclui um estudo de caso, o do professor que vamos chamar de Rubens, porque ele pediu para não ser identificado. Tem 42 anos de carreira em uma universidade pública. “À medida que ia ganhando mais, recebia mais ofertas dos bancos e do sistema financeiro”, conta. Por quatro anos, Rubens manteve 120% da sua renda mensal comprometida com operações de crédito. O valor total hoje ultrapassa R\$ 600 mil e envolve quatro bancos, dois deles públicos. “Veio até nós porque não estava

Ranking mundial taxa de juros

(média para empréstimos - ao ano)

Brasil – 52,10%

Haiti – 10,83%

México – 6,92%

Burquina Faso – 5,3%

China – 4,35%

Itália – 3,11%

Serviço: <http://dowbor.org/>;
www.dieese.org.br, <https://diplomatie.org.br/>

As altas taxas vêm acompanhadas de um ataque brutal da publicidade dos bancos oferecendo crédito

Parábolas do Ladislau

Do déficit público

Em 2014, último ano em que a Dilma tinha alguma coisa a dizer sobre a economia, o déficit do governo foi 0,4%. Ridículo. Em 2015 já era 2% e a partir dali... Sabe de onde vem o déficit do Estado? Não é porque gastou demais, é que se pagou juros demais. Então na realidade, o que acontece? Ninguém entende a taxa Selic, e os jornais não ajudam. Eu, professor Ladislau, coloco minha poupança no banco, que me paga uma merreca. O banco aplica isso em tesouro direto. Por exemplo, na época em que foi criado era 25%, só depois que o Lula baixou para 14,12%; a Dilma tentou baixar para 7,5%. De qualquer maneira, o banco aplica isso em títulos do governo. O banco me pagou uma merreca. Então de um bolso eu tirei o dinheiro e coloquei no banco, que me paga uma merreca; de outro bolso, dou 25% ao governo para dar aos bancos. Não estou entendendo."

conseguindo mais conversar com os bancos, para manter os pagamentos em dia", conta Ione. Com a renda comprometida, Rubens viveu esse tempo rodando o cartão de crédito e o cheque especial. Sua vida financeira explodiu.

Mesmo com o apoio do Idec, Rubens não saiu da zona de perigo, e agora, corre o risco de perder a casa onde mora. E dificilmente conseguirá quitar sua dívida em vida. "Ele conseguiu sair de dois bancos, mas ficou nos dois públicos e, em um deles, foi executado judicialmente", conta a economista. A casa pode ser tomada porque foi usada como garantia em um contrato de empréstimo de R\$ 200 mil. O valor da dívida em execução é de R\$ 36 mil, em um contrato que envolveu, no mínimo, má fé da parte do banco na opinião de Ione. "A justiça foi super-rápida. Ele foi notificado no dia da audiência; no dia seguinte, a conta salário dele foi bloqueada e, 15 dias depois, a Justiça emitiu parecer dando ganho de causa ao banco", conta. O Idec entrou com novo recurso, mas o segundo banco abriu outros dois processos.

Depenados

Ladislau fez os cálculos de quanto estaria sendo pago de juros pelas famílias e empresas brasileiras usando dados do Banco Central e chegou a um valor de mais ou menos R\$ 1 trilhão. "Estamos sendo depenados", diz, e continua. "Um trilhão de reais só de juros, tirados da economia. Isso dá 16% do PIB. O que tiram através da dívida pública dá cerca de 6 a 7% do PIB; mais de 20% do PIB está sendo chupado através do sistema de juros", calcula. O investimento em aplicações financeiras, segundo o professor, fez explodir a desigualdade no planeta de maneira absolutamente radical. "Como é que tanta gente enriqueceu no mundo? Pegando dinheiro a 2% no Japão e aplicando aqui no Brasil, no tesouro direto, a 12% e 14%. Na época do Fernando Henrique foi a 25%. Produzindo alguma coisa? Produzindo nada. A Argentina foi quebrada assim", explica Ladislau.

O professor aponta especificidades brasileiras do sistema tributário que contribui piorando o quadro, ao invés de corrigir. "Esse dinheiro (ganho pelos bancos com juros), quando entra na família Setubal, fica isento. Garantido pela Lei de 26 de dezembro 1995, de isenção de taxaçaõ de lucros e dividendos, uma vez que são transferidos para pessoa física", ensina. A base do sistema tributário brasileiro- mais de cinquenta por cento- é sobre o consumo. "O Pobre gasta todo seu dinheiro em consumo, ou seja, ele paga uma imensidão de imposto. Não temos imposto sobre herança, não temos imposto sobre fortuna. O ITR, Imposto Territorial Rural, é ridículo e não é cobrado", diz Ladislau.

O governo foi apropriado nesse processo, considerando os cálculos de Ladislau sobre quanto seria a evasão fiscal, que chega a uma cifra de US\$ 520 bilhões, ou 30% do PIB. "Quem faz evasão fiscal? Não nós, que somos assalariados. É o pessoal de cima. E tem mais: o pessoal coloca lá fora o dinheiro. Os bancos têm departamentos que chamam, de maneira muito simpática, departamento de otimização fiscal. Permite colocar o dinheiro lá fora", conta. "O governo fez grande propaganda, 'conseguimos recuperar 46 bilhões de reais'. Isso é 3% do dinheiro que está lá fora. Não estou entendendo", continua.

Pauta trabalhista foi atropelada

Neste quadro de desemprego, incerteza e recessão – que o coordenador da mesa, Silvio Caccia Bava, lembra que foi provocado: "Em 2016 um dos economistas ultra neoliberais mais destacados, o Armínio Fraga, foi aos jornais e declarou que precisávamos produzir uma recessão no Brasil, para ter uma massa maior de desempregados e assim, reduzir o custo de reprodução da força de trabalho" -, a pauta trabalhista foi atropelada, segundo

Leandro. “E com a incerteza e o pessimismo tomando conta, é óbvio que o investimento caiu. Ninguém vai quebrar essa lógica”, diz. O que poderia ser uma contrapartida é o gasto público, que agora está limitado pelo teto. “A PEC dos gastos está ajudando a piorar”, afirma o economista do Dieese.

Leandro usa como marco o ano de 2015, quando o desemprego começou a aumentar, acompanhado pela precarização das relações de trabalho, marcadamente pelo aumento da informalidade e do “conta própria”. “A reforma trabalhista, no final de 2017, tende a aprofundar essa deterioração. Perdeu-se o patamar mínimo de direito, já que o negociado agora vale sobre o legislado”, diz. O cenário está difícil para as negociações coletivas: renda estagnada, desemprego e a queda nos serviços públicos provocada pelo teto de gastos, com consequências ainda piores porque a demanda cresce. “A reforma teve um objetivo prático, a redução de custo e flexibilidade nos contratos. Tínhamos um modelo de contrato de trabalho formal que simplesmente se flexibilizou e inventou um monte de possibilidade de alguém ser considerado formalizado, mesmo que o patamar de formalizado que agente tenha em mente esteja completamente detonado”, diz.

Entre essas novas formas está o trabalho intermitente, que explodiu nos últimos dois anos. “Esse ano está em 12 mil postos, algo como 2% ou 3% do saldo”, diz Leandro. O governo federal não diferencia contrato intermitente do normal nas suas estatísticas. Segundo os dados do Caged, dos 33 mil novos empregos comemorados por Michel Temer na última divulgação da pesquisa, 3 mil eram intermitentes, ou um em cada dez. “O trabalho parcial aumentou também, numa escala menor. E quanto à demissão, antes era com justa causa ou sem justa causa, com variações de término do contrato etc. Agora apareceu a demissão com acordo, intermediária, em que patrão e empregado entram num acordo”, explica Leandro, que questiona o equilíbrio desses acordos em tempos de crise.

O impacto mais evidente desse movimento aparece no segundo ponto destacado pelo economista: a queda no emprego formal entre 2014 e 2017 (3,2%) ao mesmo tempo em que ocorre aumento da informalidade (assalariado informal 1%; contrato precário 2,1%). Para saber qual grupo está sendo mais atingido, Leandro estratificou a renda utilizando a metodologia do professor Waldir Quadros, da Unicamp, que divide a sociedade em alta classe média, média classe média, baixa classe média, trabalhadores e miseráveis. E descobriu que quem mais perdeu foram os mesmos que mais ganharam durante as duas primeiras gestões petistas. “De 2014 a 2017, a propalada baixa classe média, onde a renda cresceu mais no período anterior, perdeu 2,1 milhões de pessoas; todos caíram. Esse segmento do meio que mais cresceu, de fato, é o que está mais sofrendo”, disse.

Leandro destaca a queda no número de instrumentos de negociação coletiva. Nos registros do sistema mediador, onde todo mundo deposita as convenções e acordos coletivos, a queda no primeiro semestre de 2018 foi de quase 30% - de 15.000 para 11.000 - e os dissídios coletivos e de negociações sem conclusão cresceram. O pior da reforma para Leandro, no entanto, é o fim da ultratividade. “Tem um efeito deletério, por que dentro de tempos curtos será necessário reafirmar todas as cláusulas de negociações anteriores”, diz. E o fim da hierarquia de normas. “O que o sindicato patronal não consegue impor na convenção, tenta ganhar nos acordos”, reclama. Leandro diz que este tipo de reforma não é uma exclusividade do Brasil. “A nossa foi influenciada pela espanhola. Tem aumento da precarização e da polarização salarial- muita gente ganhando pouco e pouca gente ganhando muito. Quando tem uma reforma trabalhista numa crise econômica, a tendência é perder direitos. E quando melhorar, a reversão dessas perdas vai ser muito difícil”, alerta.

Uma nova categoria social?

O coordenador da mesa, o jornalista Silvio Caccia Bava, cita dois teóricos - Michael Hardt e Antonio Negri -, que consideram os endividados uma nova categoria social, nascida da financeirização, um cenário em que os bancos dominam. “Quem é essa pessoa, como se comporta? Não vai participar de práticas coletivas de defesa de interesses, por medo de perder o emprego; vai aceitar a intensificação do seu trabalho sem a contrapartida de remuneração; vai introjetar que a responsabilidade pelo endividamento é dele. São elementos da dimensão política deste endividamento: não pode protestar, tem que trabalhar mais, aumentar sua capacidade de trabalho, para poder pagar a dívida”.



Era para garantir café, almoço e jantar a todos

O relato dos três economistas na tarde do segundo dia do Congresso desenhou um cenário sombrio e surreal, que mexeu com a plateia. Mesmo quando a pergunta relacionava-se com os problemas do mundo do trabalho, como desemprego e precarização, o endividamento foi incluído. As duas únicas exceções vieram de uma sindicalista do setor bancário, que queria saber mais sobre as consequências do final da ultratividade: “vamos mesmo ter de renegociar tudo o que já ganhamos, todo ano?”; e da angústia de um técnico em segurança do trabalho aposentado: “É verdade que um aposentado pode ficar sem salário em três ou quatro anos, se a reforma da previdência não sair?”

Como foi possível?

O que parecia atormentar o público era a falta de compreensão de como se chegou ao nível atual de endividamento. Ladislau Dowbor, da PUC-SP, diz que isso foi construído. “Quando Lula leu a carta aos brasileiros, ele se comprometeu a respeitar as coisas: não vou mexer nos lucros de vocês, mas me deixa aquele pedaço, que eu quero que todo brasileiro tenha café da manhã, almoço e jantar. Ele cumpriu sua parte”, contou, depois de relacionar um conjunto de leis e normas que começaram a ser publicadas em 1995 e que formaram a base onde esse gigantesco endividamento está apoiado, e onde Lula se comprometeu a não mexer.

“Sabe o que é? A lei da taxa Selic (Lei 9.065/95). Entrou em vigor em primeiro de julho de 1995”, começa o professor. Ele já havia explicado como funciona a taxa Selic, sobre como os bancos pagam juros muito baixos e investem a taxas muito altas em títulos do tesouro direto, portanto, no governo (em “Parábolas do Ladislau”, página 26). “(Para) chupar os impostos da gente para os bancos”, resumiu. Segue citando a Lei de Isenção de Lucros e Dividendos, a Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995. “Para os ricos”, afirma, e continua: “(Tem ainda) A lei que autoriza as corporações a financiar as campanhas políticas. Isso é de 97. E a PEC 53, de 1999, que revogou o Artigo 192 (a nossa Lei da Usura), que regulava o sistema financeiro”, diz.

O sistema financeiro não cumpriu a sua parte no acordo que fez com Lula. E Ione Amorim, do Idec, é quem mostra como isso ocorreu, a partir da criação do crédito consignado, em 2003. “De lá para cá, tivemos um salto. Nós dobramos a participação do consignado no PIB”, conta. Os valores envolvidos representavam 25% do PIB em 2003. Hoje esse índice está em 47%. “Perto de 50%, portanto, o dobro. Consignado é bom perto dos outros, que são muito ruins”, afirma. O bom do consignado é que os juros cobrados são 30% ao ano, um quarto do que o mercado cobra; em média 120% ao ano. “Só que as instituições financeiras entraram de cabeça em um processo para compensar esse acesso a crédito barato. O sistema bancário foi terceirizando atividades nesses 10 anos”, conta. Nesse processo, o crédito foi massificado e o consignado precarizado, segundo Ione, e no final, ao invés de ser uma alternativa para o trabalhador, terminou por aprisioná-lo.

A propaganda massiva faz parte do sistema: para “vender” dinheiro, bombardeia publicidade de crédito de forma generalizada a uma população sem educação financeira e com dificuldade para financiar o seu cotidiano. “Todo dia, toda hora, em casa e na rua. No horário nobre da televisão tem lá; a patrocinadora de futebol oferecendo crédito para negativados. É

como se estivessem rindo da nossa cara”, reclama a economista, que aponta o momento em que esse crédito foi colocado no mercado como um agravante. “O país tinha aquele momento de aquecimento e com subsídios para alguns setores”, explica. Ficou fácil demais.

A PEC propondo a revogação do Artigo 192 da Constituição, que limitava os juros em 12% ao ano, foi apresentada por José Serra ao Senado em 1999; era a PEC 53, transformada depois na Emenda Constitucional 40. Como o consignado, foi publicada em 2003, discretamente segundo Ladislau. “Isso é um crime, feito por um Congresso eleito com dinheiro das corporações, que também já foi declarado inconstitucional”, denuncia o professor. Lula evitou enfrentar o sistema financeiro em suas duas gestões, mas Dilma fez isso mais tarde, entre meados de 2012 e 2013. “Viu que as famílias estavam atoladas, as empresas atoladas e o governo atolado, decidiu baixar as taxas de juros. A partir do maio de 2013 não teve mais governo. Teve guerra, manifestações, boicote”, lembra Ladislau. O professor explica que a ex-presidenta ainda tentou resgatar certos apoios, concedendo isenção fiscal a alguns sistemas empresariais, mas a reação dos empresários piorou o quadro. “(As empresas) Pegaram suas isenções e aplicaram no tesouro direto. Mais endividamento do Estado. É um sistema disfuncional”, diz o professor.

Ione diz que realmente, o governo de Dilma criou uma política de crédito para Banco do Brasil e para Caixa Econômica em 2012, mas naquele momento, o consumidor não se beneficiou dessa redução. “Tínhamos uma política de portabilidade de crédito com vários entraves e imperfeições. E os próprios bancos criaram obstáculos para trocar uma dívida, um instrumento que de fato, dá poder para o consumidor”, diz Ione. Porque pode estimular a concorrência de forma suficiente para baixar as taxas. Não foi possível por que o mercado de crédito está concentrado em cinco bancos. “Quando eu comecei no Idec tínhamos dez grandes bancos que respondiam por 80% do crédito concedido no país”, afirma Ione. Com a concentração, taxa de juros e tarifas de serviços são praticamente os mesmos nas cinco instituições.

Tem saída?

A pergunta sobre como sair dessa situação veio em seguida. Ione diz que o momento precisa de “reflexão intensa” e convida a plateia a militar em favor da aprovação do Projeto de Lei 3515, o PL do Endividamento, que altera o Código de Defesa do Consumidor, disciplinando o crédito. “Hoje o consumidor não tem sequer um prazo. Quando tem um endividamento, o banco propõe outro endividamento”, conta. Ione aposta no PL 3515. “Já passou pelo Senado e agora aguarda aprovação no Congresso”, disse. O professor Ladislau, no entanto, ensina que para esse negócio dar certo é preciso trazer de volta a Lei da Usura. “Algo como o Artigo 192, que tínhamos na Constituição. Porque agora está uma zona. Se você não tem lei, não tem capacidade de negociação, é a lei do mais forte”, argumenta.

A regulação impede a formação do cartel descrito por Ione. “E tem que colocar uma lei de teto de usura, como se fez na Inglaterra. A Inglaterra não é comunista, mas disse: - olha, pagar mais do que o dobro do que você pegou é escandaloso. A gente pode pegar a mesma lei”, sugere.

Ladislau continua oferecendo rotas de saída, baseado em experiências internacionais. “Tem um livro de Ellen Brown (*The Public Bank Solution: from Austerity to Prosperity*, 2013) que é muito bom. Ela compara o funcionamento do sistema de crédito em vários países. Sabe que isso ajuda? A gente sai desse negócio ‘mas sempre foi assim, tem que ser assim’”, diz ele.

Conta que na Alemanha, as pessoas não colocam suas poupanças em bancos. “Colocam em caixas municipais de poupança, chamam-se sparkas-

Parábolas do Ladislau

Do cartão de crédito

Passo o cartão de crédito para uma compra de R\$ 100 numa papelaria. Da minha conta saem R\$ 100, na conta da papelaria entraram 95. - Por quê? Porque chupam 5%. Por que, 5%? Porque têm custo do cartão. Ligo lá para o Canadá: como é que funciona? É o seguinte, como tem custo, a operadora do cartão cobra seis centavos de dólar por operação. Dá vinte centavos de real. Tudo bem gente, mas por quê porcentagem? O custo da operação não é o mesmo se compra R\$ 100 ou R\$ 400? Dezenas de milhões de compras no cartão por dia, tirar 5% de tudo isso! Se for débito vai ser 2,5%. Não tô entendendo... Só nas tarifas, o Dieese fez o cálculo, os bancos cobrem uma vez e meia toda a folha salarial.



Alemães poupam em caixa municipal.

sen. E isso é utilizado, com juros ridículos, apenas o custo, para a melhoria da própria cidade. E tem mais. A Alemanha tem uma carga tributária muito mais elevada que a nossa, mas cerca de 40% vai direto para os municípios. No Brasil só 13%”, explica. As cidades alemãs contam com o dinheiro da poupança das populações locais – depositado nas sparkassen-, e com o dinheiro do governo, repassado diretamente. “Tem uma proximidade muito maior entre a população e o seu dinheiro, então a racionalidade da gestão dos recursos é incomparavelmente superior”, diz Ladislau.

“Curiosamente”, continua ele, começando o relato de uma segunda experiência, “é assim que funciona na China. A China tem o *Bank of China* para grandes infraestruturas; a indústria pesada é estatal (siderurgia, metalurgia, cimento) aí cada uma tem seu próprio banco, para ter um circuito fechado de controle, para não ter corrupção. O grosso do dinheiro é repassado diretamente ao município, que de maneira ágil e descentralizada controla o financiamento da construção de casas e de um grande número de serviços”, afirma.

Ladislau explica que essa é a lógica de organização do sistema financeiro, que também garante o bom funcionamento do sistema de crédito da Polônia. Lá, o governo manteve 470 bancos cooperativos criados pelo governo socialista, que usam o dinheiro em função da necessidade da população.

Aposentado pode ficar sem salário?

Leandro Horiê tenta responder a questão dos riscos que os aposentados correm a partir da visão institucional do Dieese, ressaltando que o movimento sindical foi contra e continua rejeitando a proposta de reforma da previdência. “Rejeitamos a forma como foi feita essa proposta, de cima para baixo, sem debate”, disse. E argumenta que, antes de pensar em reformar, é preciso esgotar as possibilidades que a Previdência oferece. “Enquanto não começar a debater a quantidade gigantesca de desonerações que são impostas ao sistema de seguridade como um todo, a balança está pendendo para um lado. É óbvio que se faz terrorismo”, explica.

Por exemplo, as desonerações de folha de pagamento, a desvinculação das receitas da União e a sonegação de imposto, todas têm impactos negativos nas verbas da seguridade social. “É importante a gente ter um carinho com a questão da Previdência, só que a gente não pode funcionar na base do terrorismo e o tema ultimamente tem sido muito envolto nisso”, disse, sem no entanto, confirmar ou negar o risco de colapso no sistema. “Acho que a gente tem que começar a reconstruir canais de debate sobre o que é fundamental. É uma política social que o Brasil tem. Somos mais interessados do que qualquer um sobre a sustentabilidade, só que não nesses termos”, conclui.

Ione Amorim, do Idec, também não sabe avaliar esses riscos, mas diz que se preocupa com a forma como a notícia sobre as implicações da reforma é veiculada, em um cenário de terrorismo que vai estressar ainda mais o trabalhador. “Ela é banalizada, o que impede que a gente se posicione efetivamente sobre o que está acontecendo”, explica.

O cadastro positivo é mesmo perverso?

Ione responde: “O Idec foi contrário no início porque o consumidor não tem nenhum conhecimento, não tem transparência sobre as condições em que está sendo analisado. Ele entrou em vigor mesmo assim em 2013 e foi um fracasso total. Recentemente uma alteração tirou a obrigatoriedade do consumidor autorizar que quer fazer parte do cadastro positivo, passou a ser compulsória: todos estamos dentro do cadastro positivo e as empresas que vão consultá-lo não terão responsabilidade sobre os dados.”